

Luana Leticia Reffiel Menta
Almir Paulo dos Santos



PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA: AVANÇOS E DESAFIOS NA PRÁTICA SOCIAL



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL


PPGPE
Mestrado Profissional em Educação

**Produto Final da dissertação de
Mestrado do Programa de Pós
Graduação
Profissional em Educação (PPGPE)
da Universidade Federal da
Fronteira Sul
(UFFS) campus Erechim/RS.**

**PLANO MUNICIPAL PELA
PRIMEIRA INFÂNCIA:
AVANÇOS E DESAFIOS NA
PRÁTICA SOCIAL**

**Pesquisadora Prof^a. Ms Luana Leticia Reffiel Menta
Orientador Prof^o. Dr. Almir Paulo dos Santos**



Produto de Pesquisa

EXPEDIENTE

Diretor da UFFS Campus Erechim/RS

Luís Fernando Santos Corrêa da Silva

Coordenadora Acadêmica da UFFS

Cherlei Marcia Coan

Coordenador do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação (PPGPE)

Almir Paulo dos Santos

Professor Orientador da Pesquisa

Almir Paulo dos Santos

Pesquisadora Principal

Luana Leticia Reffiel Menta

Apoio para a pesquisa

Secretaria Municipal de Educação e Saúde, Alto Alegre/RS

Secretaria Municipal de Educação e Saúde, Colinas/RS

Corpo docente do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação (PPGPE), UFFS Campus Erechim /RS

CIP – Catalogação na Publicação

M549p

Menta, Luana Leticia Reffiel

Plano municipal pela primeira infância: avanços e desafios na prática social. [livro eletrônico] / Luana Leticia Reffiel Menta, Almir Paulo dos Santos / – Erechim, RS: Ed. dos autores, 2024.

PDF

Bibliografia.

ISBN 978-65-985655-5-8

1. Primeira infância 2. Plano municipal. 3. Políticas Educacionais. I. Santos, Almir Paulo dos. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

CDD:370



Sumário

1. Considerações iniciais
2. Percurso da Primeira Infância:
vivências e experiências
3. Políticas Educacionais pela Primeira
Infância: avanços e desafios
4. Estado do Conhecimento: construção
social da primeira infância
5. Caminhos metodológicos
6. Estrutura do PMPI: contribuição da
intersetorialidade municipal no
desenvolvimento da criança
7. Impactos e resultados do PMPI: uma
análise de dados nos municípios do RS
8. Considerações Finais
9. Referências

PLANO MUNICIPAL

pela

Primeira Infância



Considerações iniciais



O início deste documento se deu a partir da elaboração da dissertação de Mestrado do Programa de Pós Graduação Profissional em Educação (PPGPE) da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Erechim/RS, realizada pela mestranda Luana Leticia Reffiel Menta, sob orientação do Prof. Dr. Almir Paulo dos Santos.

A pesquisa “Plano Municipal pela Primeira Infância, avanços e desafios na prática social” teve como principal objetivo analisar o processo de implantação do PMPI, seus avanços e desafios na agenda das políticas públicas no Estado do Rio Grande do Sul.

Diante dos dados construídos no decorrer da pesquisa, foi possível criar indicativos de experiências democráticas e como elas podem estar presentes nas agendas das políticas públicas, de como a intersetorialidade pode contribuir para os direitos da primeira infância, formando, assim, o Produto Final desta investigação.

“a Política Nacional Integrada para a primeira infância será formulada e implementada mediante abordagem e coordenação intersetorial que articule as diversas políticas setoriais a partir de uma visão abrangente de todos os direitos da criança na primeira infância” (Brasil, 2016, p. 2).

Percurso da Primeira Infância: vivências e experiências



Qual a importância de um Plano Municipal pela Primeira Infância?

O PMPI é um instrumento de gestão para a implementação de políticas públicas, apto a consolidar o sistema de garantia dos direitos das crianças, previstos na Constituição Federal - CF (1988) e o Marco Legal da Primeira Infância - MLPI (2016), necessita de um diagnóstico da situação de vida, progresso e aprendizagem das crianças. Além disso, de ações intersetoriais do município, para defender que os direitos das crianças sejam, integralmente, atendidos, e propósitos que permitam avaliar as políticas planejadas.

O Plano Municipal pela Primeira Infância é: “um instrumento político e técnico, construído em um processo democrático e participativo, com participação das diferentes secretarias e órgãos públicos da administração municipal, poder legislativo, judiciário e sociedade civil, e que contemple a escuta e participação das crianças – sujeito de direito a quem se destina o PMPI” (RNPI, 2022).

Percurso da Primeira Infância: vivências e experiências



Valorizar as atitudes e percepções da criança é dar a ela a oportunidade para se conhecer, respeitar seu ritmo, sua individualidade e estimular a sua criatividade. A criança aprende com o exemplo, com a vivência; se ela for respeitada vai aprender a respeitar. “O argumento principal da infância é respeitar a criança como criança, pois considerava que essa etapa da vida humana possuía especificidades próprias e precisava ser estudada e respeitada com cuidado” (Santos, 2016, p. 97).

Dessa maneira, a primeira infância vai conquistando espaço, não só nas leis que orientam e investem nas ações, mas, também, no desenvolvimento da criança, desta etapa vital de sua vida. De acordo com o documento da Rede Nacional da Primeira Infância, elaborado para guiar a construção do PMPI, a atenção integral à criança vem conquistando importância tanto econômica quanto política, com a conscientização social sobre conceber a criança como um cidadão, sujeito de direitos. Assim, amplia-se o conhecimento científico acerca dos fatores de aprendizagem e desenvolvimento, nos primeiros anos de vida.

Quando pensamos na primeira infância, o que vem na nossa mente? Quais memórias e lembranças afetivas rememoramos? Os estímulos, as vivências, os aprendizados que nos tornam seres humanos integrais dependem da Primeira Infância.

Políticas Educacionais pela Primeira Infância: avanços e desafios



Pensando na realidade que vivenciamos, nas escolas, é necessário um planejamento para a Primeira Infância que trabalhe de forma intersetorial.

No artigo 4º da Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, que dispõe sobre as políticas públicas para a Primeira Infância, em atenção à especificidade e à relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil e no desenvolvimento do ser humano, a legislação aborda a participação e o protagonismo que a criança deve ter na construção social.

II - Incluir a participação da criança na definição das ações que lhe digam respeito, em conformidade com suas características etárias e de desenvolvimento;

III - respeitar a individualidade e os ritmos de desenvolvimento das crianças e valorizar a diversidade da infância brasileira, assim como as diferenças entre as crianças em seus contextos sociais e culturais.



Políticas Educacionais pela Primeira Infância: avanços e desafios



No artigo 6º, que trata da “Política Nacional Integrada para a Primeira Infância, menciona-se que será formulada e implementada mediante abordagem e coordenação intersetorial que articule as diversas políticas setoriais a partir de uma visão abrangente de todos os direitos da criança na primeira infância” (Brasil, 2016, p.02).

E por que investir na infância? Por que realizar um Plano Municipal pela Primeira Infância? Vamos refletir sobre o que uma infância crítica, autônoma, pensante, com oportunidades de se expressar pode resultar a qualidade no seu desenvolvimento e para a sociedade.



Estado do Conhecimento: construção social da primeira infância



O Estado do Conhecimento possibilita uma dimensão mais abrangente de como abordar a temática escolhida, assim como refletir com as produções científicas investigadas.

Referente ao Estado do Conhecimento, evidenciamos que os trabalhos analisados demonstram que as pesquisas apontam a relevância da aprendizagem da criança desde o nascimento. Além disso, identificam a contradição no processo de implementação das políticas públicas e a descontinuidade das ações propostas pelos governos. No entanto, também destacam as conquistas alcançadas, como a inclusão da Primeira Infância nas legislações e programas voltados para essa fase crucial, que é a etapa inicial da vida das crianças.



Caminhos metodológicos



[...] a construção de uma produção científica está relacionada não só à pessoa/pesquisador que a produz, mas às influências da instituição na qual está inserida, do país em que vive e de suas relações com a perspectiva global. Em outras palavras, a produção está inserida no campo científico e, em suas regras constitutivas (Morosini, 2015, p.2).

Os caminhos metodológicos percorridos foram:

- Pesquisa Bibliográfica
- Pesquisa de Estado do Conhecimento
- Pesquisa de Campo
- Análise de dados
- Comitê de Ética
- Produto Final



Estrutura do PMPI: contribuição da intersectorialidade municipal no desenvolvimento da criança



O primeiro passo para estruturar o Plano Municipal pela Primeira Infância é o município priorizar a infância, conhecer os obstáculos e traçar objetivos, condizentes com a realidade de suas crianças e famílias.

É um plano que necessita de aporte de toda sociedade e que, como segundo passo, traz a composição do Comitê Intersetorial, em que cada setor deve fazer um diagnóstico de como está o atendimento às crianças, para, em seguida, elaborar o plano. Após, deve ser feito o envio do PMPI para aprovação do COMDICA e, com o Plano aprovado, o envio para a Câmara Municipal, com objetivo de tornar Projeto de Lei e, no decorrer, a divulgação e a sua execução.

Por serem pessoas de diversos órgãos, com conhecimentos e vivências bem diversos, pode haver alguma dificuldade no início, mas, com o passar do tempo, essa diversidade se revela enriquecedora. O trabalho intersectorial amplia a visão de cada um, traz conhecimentos e experiências de colegas que atuam em outros setores. São colegas que exercem a profissão em diferentes aspectos da mesma realidade, o que torna o trabalho uma interessante aula de criação coletiva (Brasil, 2017, p.31).

Impactos e resultados do PMPI: uma análise de dados nos municípios do RS



Os impactos da pesquisa, relativos ao PMPI, possibilitaram pensar na educação e no respeito à criança, oferecendo acesso a creches e pré-escolas de qualidade, promovendo o desenvolvimento cognitivo, social e emocional, desde cedo. Além disso, aprimorar o acesso a serviços de saúde e assistência social, reforçando os direitos das crianças, ao criar ambientes seguros, acolhedores e participativos, o que envolve as famílias e os atores sociais desse processo.

Somado a tudo isso, os resultados podem ser observados, tais como a implementação de programas de formação para educadores e segmentos envolvidos no plano, ampliação de espaços de referência para crianças de todas as idades, aumento da participação das famílias em atividades educativas e comunitárias, fortalecendo os laços familiares e o apoio social.

Indicadores para implementação do PMPI



Realizar estudos e elaborar propostas com o intuito de qualificar e ampliar ações das políticas públicas voltadas para crianças de 0 a 5 anos e 11 meses de idade.

Instituir o Comitê Intersectorial de Políticas pela Primeira Infância, por Portaria Municipal.

Sugestão de segmentos para compor o Comitê Intersectorial:

- Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto
- Representantes da Secretaria de Saúde e Assistência Social
- Representantes do Centro de Referência de Assistência Social
- Representantes dos Professores Municipais
- Representantes do Conselho Tutelar
- Representantes do Conselho Municipal do Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA)
- Representantes da comunidade escolar, sociedade civil

Indicadores para implementação do PMPI



A composição do Comitê Intersetorial, em que cada setor deve fazer um diagnóstico de como está o atendimento às crianças para, em seguida, elaborar o plano.

Elaboração do diagnóstico

DIAGNÓSTICO SITUACIONAL

- Indicadores gerais do município
- Primeira Infância e Assistência Social
- Primeira Infância e eventual situação de risco e vulnerabilidade social
- atendimentos do Conselho Tutelar e registros de violação de Direitos
- Primeira Infância e Saúde
- Primeira Infância e Educação

Indicadores para implementação do PMPI



Redação do PMPI

Aprovação do PMPI no âmbito do Poder Executivo e da sociedade civil

Aprovação do PMPI pelo Poder Legislativo



Lei que aprova o plano

Publicação do PMPI

Plano de Ação para por em prática o PMPI

Indicadores para implementação do PMPI



A importância na elaboração do plano:

Escuta e olhar sensível para e com as crianças

Contribuições da intersectorialidade

Indicativos e experiências destacadas no planejamento, pensando nas infâncias

Protagonismo da criança



Indicadores para implementação do PMPI

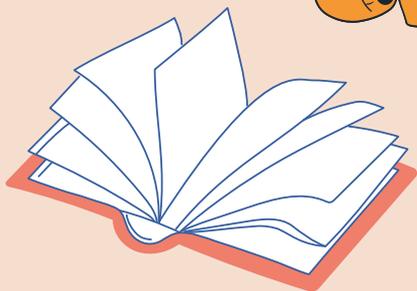
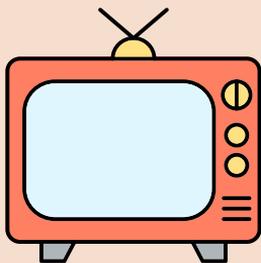


Recursos financeiros:

- A primeira infância definida como prioridade no PPA e que o PMPI seja mencionado como a expressão concreta dessa prioridade;
- A LDO especifique as metas e prioridades da Política Municipal Integrada pela Primeira Infância para o exercício financeiro subsequente, de acordo com o PMPI, já definido como prioridade no PPA;
- A LOA assegurar os recursos para as ações previstas no PMPI.



Divulgação do PMPI



Monitoramento e Avaliação



O artigo 11 do Marco Legal da Primeira Infância diz que o “monitoramento, a coleta sistemática de dados, a avaliação periódica dos elementos que constituem a oferta dos serviços à criança e a divulgação de seus resultados” são componentes necessários das políticas públicas pela primeira infância.

- Assegure os recursos
- Conte para todo o município
- Reunião mensal do Comitê Intersetorial
- Planejamento anual

O PMPI contem ações a serem executadas a curto, médio e longo prazo, num período de dez anos



CONSIDERAÇÕES FINAIS



Percebeu-se ao longo da pesquisa que as políticas públicas para a Primeira Infância para desenvolverem experiências democráticas necessitam mais de recursos humanos do que recursos financeiros.

Ou seja, para que o desenvolvimento integral da criança aconteça, com a formação do comitê intersetorial, por serem pessoas de diversos órgãos, com conhecimentos e vivências bem diversos, pode haver alguma dificuldade no início, mas, com o passar do tempo, essa diversidade se revela enriquecedora. O trabalho intersetorial amplia a visão de cada um, traz conhecimentos e experiências de colegas que atuam em outros setores. São colegas que exercem a profissão em diferentes aspectos da mesma realidade, o que torna o trabalho uma interessante aula de criação coletiva (Brasil, 2017, p.31).

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF, 05 de out. de 1988.

BRASIL. **Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016.** Brasília, DF.

BRASIL. **Rede Nacional da Primeira Infância. Guia Plano Municipal pela Primeira Infância.** Rio de Janeiro, 2017.

BRASIL. **Plano Nacional Primeira Infância.** Brasília, DF. 2020

BRASIL. **Rede Nacional da Primeira Infância. Plano Municipal pela Primeira Infância.** Disponível em:
<http://primeirainfancia.org.br/pmpi/>. Acesso em: 07 out. 2022.

MOROSINI, Marília Costa. Estado de conhecimento e questões do campo científico. **Revista em Educação.** Santa Maria, v.40, n.1, p.101-116, jan./abr. 2015.

SANTOS, Almir Paulo dos. Educação “pelas coisas”, princípio pedagógico no iluminismo de Rousseau. **Revista em Educação.** Porto Alegre, v. 39, n. esp. (supl.), s96-s105, dez. 2016. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/21898/15426>. Acesso em: 21 de maio 2023.

Tornou-se lugar comum afirmar que as crianças são o futuro da nação e que a forma mais inteligente de promover o desenvolvimento de um país é investir na primeira infância, protegendo e desenvolvendo o potencial das crianças nos primeiros anos de vida. Defende-se a mesma ideia de forma inversa: o país que não cuida de suas crianças não terá um futuro melhor do que o presente. Se essas afirmações fazem parte do discurso corrente, é porque as constatações das pesquisas e dos estudos acadêmicos foram absorvidas pelos políticos, pelos gestores, pelos profissionais da primeira infância e por grande parte da população. Já não há mais dúvida de que investir na infância, garantindo a todas as crianças condições dignas de vida e equidade social, gera ganhos sociais e econômicos superiores aos produzidos por quaisquer outros investimentos, além de sedimentar as bases de uma sociedade democrática (Brasil, 2020, p.12).